

Sarney limita agenda para estudar o plano

29 MAR 1987

Brasil

O presidente José Sarney decidiu intensificar os estudos para adotar o novo plano de metas: nos próximos 15 dias — prazo dado como certo para sua implementação — ele limitará as suas audiências no Palácio do Planalto exclusivamente aos ministros da área econômica e às consultas que pretende realizar junto aos empresários, trabalhadores e aos políticos, segundo informou ontem o porta-voz Antônio Frota Neto.

Até o dia 4 de abril, quando se reunirá com as lideranças das centrais sindicais de trabalhadores, na Granja do Torto, o presidente deseja apresentar uma proposta mais abrangente de pacto, acenando com algumas diretrizes para compensar as perdas salariais decorrentes da inflação registrada após o descongelamento de preços.

Frota Neto, no entanto, não soube dizer se Sarney deseja negociar diretamente o fim do "gatilho" com os trabalhadores, que seria substituído por um outro mecanismo de compensação.

A data da reunião, porém, está confirmada, assim como a presença dos presidentes da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Jair Mene-ghelli, da Central Geral dos

Trabalhadores (CGT), Joaquim Santos de Andrade, da União Sindical Independente (USI), Antônio Pereira Magaldi, do diretor técnico do Departamento Intersindical de Estudos e Estatísticas Sócio-Econômicas (Dieese), além de representantes de nove confederações, cuja relação não foi ainda divulgada. O líder do PT, deputado Luís Ignácio Lula da Silva, não foi convidado, porque sua presença, como parlamentar, daria uma conotação política à reunião, que o presidente Sarney deseja evitar, conforme explicou o porta-voz.

Dois planos

Frota Neto disse ainda que Sarney dispõe de dois planos preparados, separadamente, pelo ministro da Fazenda, Dílson Funaro, e pelos economistas Péricio Arida e André Lara Resende. Segundo fontes do Palácio do Planalto, a tendência é a adoção do primeiro, por ser menos ortodoxo e direcionado à política de negociação com os bancos credores estrangeiros.

O governo, no entanto, de acordo com o porta-voz, evita a expressão "pacote", preferindo classificar as novas medidas econômicas como um "plano de metas que dê continuidade ao Plano Cruzado".